



JORNAL DO Clube de Engenharia

Campanha para o
CC da Anatel
Página 5

ANO XLIX • Nº 528 • Rio de Janeiro • Março de 2013

Foto: Rafael Soares



Detalhe da Nave do Conhecimento inaugurada em Madureira pela Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia.

Tecnologia para a capital do futuro

A Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia, da prefeitura do Rio, investe em novos projetos e abre caminhos para a construção de uma cidade conectada e comprometida com o desenvolvimento. Parcerias, concursos e a criação do fundo de incentivo aos projetos de inovação para pesquisadores e empresas buscam viabilizar o Rio de Janeiro como a capital do conhecimento e da inovação.

Página 3

Riqueza nacional em perigo

Governo prepara a 11ª Rodada de Leilões de Áreas para Exploração e Produção de Petróleo. Fora da área do Pré-Sal, os 289 blocos serão leiloados com base em uma lei desatualizada e entreguista que coloca na mão das empresas internacionais a riqueza do país. Enquanto em alguns lugares no mundo se paga 84% da receita líquida do petróleo em impostos, se a 11ª rodada acontecer, seus vencedores irão pagar apenas 5%.

Páginas 6 e 7



Foto: Agência Pernambuco

Viaduto do Joá

Apontado por alguns engenheiros como uma estrutura à beira do colapso, o Viaduto do Joá vem passando por uma série de ações para aumentar a sua segurança, mas não será demolido. Embasando a decisão de manter em pé a principal via de ligação da Barra da Tijuca com a Zona Sul da cidade, está a opinião de Bruno Contarini, que aponta a obra de recuperação como suficiente para manter a integridade da estrutura.

Página 4

Histórias que se confundem



Foto: Fernando Alvim

Há 63 anos, o paraibano Francisco Alves Bezerra encontrou o Clube de Engenharia em um passeio pela avenida Rio Branco. Na época, o edifício Edson Passos estava sendo levantado e Bezerra ajudou a construir o prédio onde trabalha até hoje.

Página 9

DTEs discutem Santa Maria

Após a tragédia, o aprendizado. Divisões técnicas especializadas recebem representantes do poder público, das casas de show e técnicos em segurança para discutir políticas de prevenção para que o Rio de Janeiro, cidade turística, com vida noturna intensa, não passe por experiência semelhante.

Página 11



EDITORIAL

Na Vanguarda do Atraso

Passados quatro anos da Conferência Nacional da Comunicação – Confecom, as mudanças surgidas com as propostas da junção dos interesses do governo, empresários e sociedade civil, naquela ocasião, consensadas em processo amplamente democrático, permanecem sem uma consequência prática. Vale a pena lembrar aqui, que regras para atuação de grupos de mídia existem em todos os países desenvolvidos, e em muitos em desenvolvimento, exatamente para não permitir que haja ações no sentido de tolher a liberdade de expressão. Até mesmo a União Internacional de Telecomunicações – UIT se colocou favorável às mudanças de legislação dos países para uma melhor definição de serviços de telecomunicações num cenário de convergência. Se existem regras a serem cumpridas pelos órgãos de comunicação até em países liberais, como os Estados Unidos e os da Europa Ocidental, qual o nosso problema, então?

Muitas das mudanças pretendidas nada mais são do que cumprir a Constituição Federal de 1988 e que até hoje não foram regulamentadas! Os artigos 220 a 224 do Capítulo das Comunicações Sociais permanecem praticamente intocados. Por quê?

Some-se a isso, a nossa legislação atual ser reconhecida por todos como arcaica, praticamente uma colcha de retalhos, que não facilita a atuação fiscalizadora da agência reguladora, não beneficia a transparência nas atitudes governamentais, e não fortalece o ambiente industrial nas suas intenções de aumento de produção. A nossa indústria eletroeletrônica tem déficit crescente na balança comercial dos últimos anos. O que estamos esperando para lançar o país a outro patamar de desenvolvimento, então?

Frequentemente, nas discussões que se formam em torno do marco regulatório, quando as argumentações escasseiam, surge como um fantasma assustador, numa tentativa de reavivar tristes memórias passadas, como uma esquizofrenia planejada, um embuste para acobertar outras intenções, aparece a referência definitiva: o marco regulatório é censura.

A grande mídia usa seus próprios meios para difundir a ideia, não dá oportunidade ao contraditório. Seus próprios profissionais através de suas entidades de classe são favoráveis às mudanças. Qualquer professor universitário de comunicação minimamente esclarecido sabe da necessidade de regras para delimitar a ação de monopólios e oligopólios de opinião e de traçar regras de conduta. Eles sabem que não há risco à democracia, pelo contrário, a diversidade de opinião cria maiores possibilidades de expressão. Por que, então, esses grandes conglomerados são contra as novas propostas?

A resposta é simples. Não é interesse político, não é a defesa da democracia, não é o temor à censura, não é a defesa do cidadão e nem da sociedade. O interesse

é único e exclusivamente econômico e de hegemonia da opinião. Eles não querem maior concorrência, não querem mudanças do *status quo*. O fantasma da censura não é o que mais os atemoriza. Já até conviveram bem com ela. Prosperaram, inclusive. Na verdade, estão se colocando como inimigos do progresso, da evolução, da pluralidade que deveriam defender. De certa forma, estão se opondo ao desenvolvimento pleno do país.

Monopólios e oligopólios, principalmente em comunicações, esses sim, representam uma grande ameaça à diversidade de opinião e à democracia. As regras implementadas em diversos países do mundo visam exatamente, delimitar a atuação desses conglomerados. Especialmente no Brasil, essas poucas empresas dominam o mercado com atuação cruzada em jornais, revistas, rádios, televisões e internet. No interesse próprio, não de informar isentadamente, mas de manter sua dominação econômica e de opinião, invariavelmente têm a mesma posição contrária às mudanças, portanto, contra o marco regulatório.

Certamente que para implementar as mudanças pretendidas muito esforço e tempo terão que ser gastos. Esperava-se que as mudanças tivessem curso logo após a Confecom, com o governo aproveitando sua margem de popularidade para o inevitável enfrentamento com os meios de comunicação e levar para o Congresso uma discussão dessas novas regras, para sua posterior aplicação. Nada mais democrático, não? No entanto, não foi essa a interpretação do atual governo, que preferiu adotar medidas pontuais e conviver com o atraso.

Talvez tenha visto que também no Congresso, a cooptação, o interesse próprio de muitos deputados e senadores donos de cadeias regionais de comunicação, e ainda o poderoso lobby dos radiodifusores, iria criar dificuldades de governabilidade. Esse mesmo lobby que impede até hoje que os artigos da Constituição de 1988 sejam regulamentados. O fato é que, por diversas razões, vai ficando claro que uma instabilidade vem se formando. Países ao nosso redor, de uma forma ou de outra, têm adotado posturas de reforma nas comunicações, seguindo o exemplo dos países desenvolvidos. E estamos acabando por ficar como na palavra de alguns estudiosos de comunicação: “o Brasil está se tornando a vanguarda do atraso da América Latina”.

O Clube de Engenharia, desde as primeiras discussões do Marco Regulatório esteve alinhado com a reforma de nossa legislação de comunicações, por entender ser ele um instrumento para alavancar o país ao desenvolvimento, considerando nossas características sociais, e preocupado com uma inequívoca pluralidade de opiniões nos meios de comunicação como forma de efetivamente promover a democracia.

A Diretoria



Clube de Engenharia

Fundado em 24 de dezembro de 1880

PRESIDENTE

Francis Bogossian

1º VICE-PRESIDENTE

Alexandre Henriques Leal Filho

2º VICE-PRESIDENTE

Fernando Leite Siqueira

DIRETORES DE ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

Alexandre Henriques Leal Filho

José Stelberto Porto Soares

Fernando Leite Siqueira

Abílio Borges

DIRETORES DE ATIVIDADES TÉCNICAS

Márcio Patusco Lana Lobo

Edson Kuramoto

Abílio Borges

DIRETORES DE ATIVIDADES SOCIAIS

Jaques Sherique

Abílio Borges

DIRETORES DE ATIVIDADES CULTURAIS E CÍVICAS

Ana Lúcia Moraes e Souza Miranda

Carmen Lúcia Petraglia

DIRETORES DE ATIVIDADES FINANCEIRAS

Luiz Carneiro de Oliveira

José Schipper

DIRETORES DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Carmen Lúcia Petraglia

Ana Lúcia Moraes e Souza Miranda

DIRETORES DE ATIVIDADES PATRIMONIAIS

José Schipper

Luiz Carneiro de Oliveira

Jaques Sherique

DIRETORES DE ATIVIDADES DA SEDE CAMPESTRE

Arciley Alves Pinheiro

Luiz Carneiro de Oliveira

José Stelberto Porto Soares

CONSELHO FISCAL

Efetivos

Antonio Elisimar Belchior Aguiar

Arnaldo Dias Cardoso Pires

Jorge Nisenbaum

Suplentes

Ayrton Alvarenga Xerex

Maria Helena do Rego Monteiro Gonçalves

Oscar Boechat Filho

CONSELHO EDITORIAL

Efetivos

Edson Monteiro

Sérgio Augusto de Moraes

Paulo de Oliveira Lima Filho

José Carlos de Lacerda Freire

Sebastião José Martins Soares

William Paulo Maciel

Suplentes

Carlos Antonio Rodrigues Ferreira

Maria Helena Diniz do Rego Monteiro Gonçalves

João Fernando Guimarães Tourinho

Newton Tadachi Takashina

SEDE SOCIAL

Edifício Edison Passos

Av. Rio Branco, 124 CEP 20148-900 Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (21) 2178-9200 / Fax: (21) 2178-9237

atendimento@clubedeengenharia.org.br

www.clubedeengenharia.org.br

SEDE CAMPESTRE

Estrada da Ilha, 241 – Ilha de Guaratiba - Telefax: 2410-7099

REDAÇÃO

Editora e jornalista responsável:

Tania Coelho – Reg. Prof. 16.903

Textos: Rodrigo Mariano – Reg. Prof. 32.394/RJ

Fotos: Cecília Lorenzo / Arquivo Clube de Engenharia

Colaboração: Mariana Gomes e Márcia Ony

Editoração: Diogo Tirado/ Espalhafato Comunicação

Revisão: Fátima Souza Oliveira

Impressão: Folha Dirigida

Patrocínio:



CONSELHO DIRETOR

Rio: investimentos no legado tecnológico da cidade



Determinada a transformar o Rio na capital do conhecimento e inovação, a Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia tira projetos do papel e lança novos olhares sobre a cidade focada na democratização da informação e na popularização da ciência.

Quando o engenheiro e sócio do Clube de Engenharia, Franklin Coelho, então coordenador dos programas Pirai Digital e Rio de Janeiro Digital assumiu a Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia da cidade do Rio de Janeiro, organizou-se um diálogo com várias instituições para integrar ao plano estratégico da Cidade uma visão de legado de ciência e tecnologia. Ao olhar para o social, econômico e ambiental, integra-se uma visão de cidade inteligente para que o Rio se posicionasse no patamar que, com certeza, lhe será cobrado durante os megaeventos e, muito menos, seria suficiente para assegurar o legado que o Rio merece.

Não foi por outra razão que a primeira ação da secretaria foi realizar um planejamento estratégico que trabalhou com quatro eixos estruturantes: garantir o direito à informação e ao conhecimento, criar uma ambiência de inovação, consolidar o projeto Rio Digital de Conectividade e apoiar Pesquisa e Desenvolvimento. Foi assim que o primeiro e decisivo passo do projeto estratégico da prefeitura foi focar no legado da inovação e do conhecimento. A partir daí começou o trabalho apresentado pelo secretário, no dia 11 de março, ao Conselho Diretor do Clube de Engenharia.

O legado passou a ser discutido de forma mais ampla. Como cidade sustentável, o Rio passou a ser visto com outro olhar. Como cidade digital, com infraestrutura de rede de telecomunicações de voz, dados, imagens e móvel; cidade sensível, com a utilização de sensores no controle da infraestrutura urbana e a utilização de *QR code*, por exemplo, como cidade inteligente, com a instalação do centro de controle, entre outras ações; e como cidade criativa, com o link com a questão cultural e a criatividade do carioca.

Estruturando a mudança

“Não há cidade inteligente sem uma conectividade pesada. Para pensar um legado para a cidade, com resultados reais, era preciso pensar os programas estruturantes”, explicou Franklin Coelho. O programa Rede Rio Digital, realizado em parceria com o Iplan Rio, foi retomado para cobrir a necessidade da total conectividade, com uma rede de grande potencial em fibra ótica. Para criar um ambiente propício à inovação, com a criação de *startups* e a presença de desenvolvedores que pavimentarão o caminho para uma cidade inteligente, a secretaria criou o programa

Rio Inovação e Conhecimento. Na área da pesquisa e desenvolvimento foi criado o Fundo de Ciência e Tecnologia. “Já estamos lançando os editais e a tendência não é dar sustentação institucional às universidades, mas voltar o fundo para projetos de inovação com impacto na cidade para pesquisadores, empresas e consórcios”, explicou o secretário, que destacou, ainda, os processos de aprendizagem e inclusão digital.

Dois anos de resultados

Embora as Praças do Conhecimento e Naves do Conhecimento sejam as expressões mais conhecidas das conquistas da secretaria, os avanços vão além. A Rede Rio Digital – paralisada desde 2007 por falta de liberação de utilização do solo para a implantação das fibras – será inaugurada esse ano e integrará os centros de pesquisa e universidades à prefeitura em altíssima velocidade. “Para a passagem das fibras, negociamos com o Metrô, Supervia e Linha Amarela”, explicou o secretário. Para incentivar o desenvolvimento de *startups*, a secretaria investiu no Parque Barão de Mauá, que terá incubadoras e aceleradoras. A Microsoft, parceira no projeto, assumiu a reforma do prédio e a construção de outro edifício de três andares onde funcionarão as *startups*.

O lançamento de concursos foi outra forma usada pela secretaria para atrair mentes inovadoras a serviço da cidade. O desafio Rio Ideias recebeu cerca de duas mil sugestões de aplicativos que poderiam melhorar a qualidade de vida da população. Com base nessas ideias, o concurso Rio Apps premiou os melhores aplicativos. “Foram mais de 100 inscritos. Dali saíram 53 aplicativos à disposição da prefeitura como, por exemplo, o App que permite o acompanhamento em tempo real das obras da prefeitura e o Bus, uma espécie de Twitter para a troca de informações entre usuários de ônibus”, explicou Franklin.

Por meio de uma parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), recém-graduados com até três anos de formados passarão por um curso de capacitação e por dois anos trabalharão em um diagnóstico na cidade sobre inovação em micro



Premiado internacionalmente com a implantação das primeiras cidades digitais no Brasil, o Secretário Especial de Ciência e Tecnologia, Franklin Coelho, dissemina as Naves do Conhecimento.

e pequenas empresas. A ideia é que cada agente local de inovação trabalhe com 50 empresas e, em dois anos, apresente o diagnóstico das cinco mil empresas trabalhadas.

Para o futuro, a prefeitura pretende seguir na popularização da ciência, tecnologia e inovação, levando o conhecimento para as áreas mais carentes da cidade. Os projetos Praça do Conhecimento e Nave do Conhecimento, já levaram tecnologia de ponta – com realidade aumentada, interfaces gráficas, sensores e discussões sobre a web 4.0 e novas linguagens do mundo Touch a diversas áreas da cidade, como Padre Miguel e Complexo do Alemão. Hoje integram o projeto Rio 15 Minutos Digital. A ideia é que haja uma Praça ou Nave do conhecimento espalhadas em toda a cidade, a no máximo um quilômetro e meio de cada carioca.

As muitas ações que há dois anos vêm mudando as perspectivas da cidade, com grandes investimentos em um reposicionamento científico, por meio de desenvolvimento tecnológico local, têm como visão final o estabelecimento do Rio como a capital do conhecimento e da inovação. “Para viabilizar a ideia, a secretaria tem como alvos principais: a criatividade da população, as instituições de produção de conhecimento e a infraestrutura digital de comunicação e de gestão de conhecimento”, concluiu Franklin Coelho, que deu ênfase às potenciais parcerias e ações comuns com o Clube de Engenharia “rumo ao futuro”.



ESTRUTURAS

Viaduto do Joá: fatos, denúncias, argumentos e ações

A prefeitura se prepara para uma obra de recuperação com a perspectiva de eliminar os perigos ocasionados pela falta de manutenção e pela ação do mar na estrutura.

Após muito debate e visões conflitantes de especialistas – os favoráveis à completa demolição da estrutura e os que defendem a sua recuperação – a prefeitura do Rio de Janeiro, no final de janeiro, optou pela manutenção do Elevado do Joá. Segundo declarações do prefeito Eduardo Paes à imprensa, “a obra será grandiosa, emergencial e, em seis meses, a um custo elevadíssimo, acabaremos com qualquer risco ou problema no Elevado do Joá”.

A resposta da prefeitura veio depois da apresentação de estudo do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe), da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Contratado pela própria prefeitura em 2009, a Coppe divulgou, no dia 04 de dezembro de 2012, no Clube de Engenharia, o documento resultante de dois anos de pesquisa, apontando ações imediatas a serem tomadas e recomendando a troca total dos tabuleiros superiores e inferiores por meio de desmontagem e remoção.

Recuperação

Do outro lado da história estão técnicos e empresas que acreditam ser possível recuperar a estrutura. Entre esses nomes, o de Bruno Contarini se destaca. Ainda estudante de engenharia, Contarini calculou e projetou parte do viaduto Negrão de Lima, em Madureira, no Rio de Janeiro. Especialista em pontes e viadutos – tendo sido o diretor técnico do consórcio que construiu a ponte Rio-Niterói –, e ganhador de diversos prêmios, Contarini trabalhou na recuperação do Elevado do Joá em 1988, ocasião em que conheceu bem a estrutura. “Na época, o alarde era o mesmo. Queriam interditar o viaduto porque cerca de 15 fios de um total de 720 haviam rompido. Fizemos a recuperação e, 25 anos depois, as vigas e a armação – completamente substituída na época – estão todas boas, como consta, inclusive, no relatório da Coppe”, aponta.

Segundo Contarini, as fundações e os pilares do viaduto estão íntegros como também apontam os estudos da Coppe. “O que derruba viaduto é fundação e pilar e todos eles foram recuperados. Aparelhos, apoio e dentes Gerber, que na minha opinião são altos, não derrubam um viaduto com transversinas”, declara. O argumento do engenheiro é que parar um viaduto que recebe 120 mil carros por dia, sem perigo iminente de colapso, é impensável. A recuperação e a manutenção seriam, segundo ele, os caminhos para a eliminação completa de quaisquer problemas na estrutura. “Se houve falha de manutenção em algum ponto, então que se faça a recuperação sem o alarmismo de mandar derrubar tudo. Engenharia não é isso”, alerta.

Mitos e ações

Embora a prefeitura não vá levar a cabo a sugestão de demolição do elevado do Joá, outras medidas apontadas como emergenciais já foram implementadas. Desde dezembro, o tráfego de caminhões foi proibido, a velocidade máxima foi reduzida de 80 km/h para 60 km/h e a altura máxima na pista inferior foi fixada em 4 metros de altura. As obras, que estão sendo executadas pela Bruno Contarini Engenharia e Concremat já preparam o reforço que será feito nos dentes Gerber. “Embora não houvesse sobrecarga, o coeficiente de segurança aumentou com as ações pedidas pela Coppe e isso é mais que suficiente para dar um retorno à população que, obviamente, está preocupada. Mandar derrubar uma estrutura é muito fácil para quem não tem responsabilidade alguma nisso. Agora, pra falar que não precisa derrubar, que o viaduto pode continuar funcionando, tem que ter muita capacidade e responsabilidade”, destaca o engenheiro.

Possíveis erros cometidos na execução das obras na época da construção do viaduto e a proximidade do mar, apontados por alguns como possíveis causas da deterioração, também foram refutadas por Contarini. Segundo ele, havia engenheiros acompanhando a construção do elevado e o projeto, apontado em alguns casos como falho, foi muito elogiado. As críticas à escolha do projeto mais barato, segundo informa, também não procedem. “Hoje o projeto teria algumas restrições, mas na época, foi muito elogiado. E é claro que o projeto que venceu a licitação foi o mais barato. A lei brasileira determina que seja assim. Eu entrei na concorrência e perdi. A engenharia ao menor preço não é o ideal, mas é assim que é”.

Debate vital para a cidade

Desde 2010 o Clube de Engenharia vem discutindo o assunto com sócios, divisões técnicas e convidados. Os debates continuam. No início de março o Fórum Permanente de Mobilidade Urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, fundado pela divisão técnica especializada de Transporte e Logística (DTRL) e a Federação das Associações de Moradores do Rio (Fam-Rio), encaminharam documentos à presidência do Clube de Engenharia defendendo posição

contrária à decisão da prefeitura do Rio pela manutenção do Viaduto do Joá, solicitando que o Clube se pronuncie. O documento destaca que “temos vivido tempos em que a imprevidência e inadvertência do Poder Público, com suas obrigações fiscalizadoras e como provedor da segurança coletiva dos cidadãos, têm tido consequências desastrosas e de comoção irremediável”. A Fam-Rio, entre outras críticas, questiona o elevadíssimo custo das obras da prefeitura. Inicialmente orçadas em R\$ 7 milhões, a obra custará dez vezes mais.

O posicionamento do Fórum teve como base parecer técnico emitido pelo engenheiro Thomaz de Aquino Arantes, experiente em materiais construtivos e grandes estruturas e obras de arte urbanas. No documento, Aquino cita estudos dos engenheiros Nelson Araújo Lima (o primeiro a tratar do tema em palestra no Clube de Engenharia) e Eduardo M. Batista e destaca a necessidade de se “licitar imediatamente estudos de pré-viabilidades técnica, econômica, financeira, ambiental e social para a construção de novo viaduto” e imediata interdição do atual.

Contarini, concorda com a construção de novo viaduto, não para substituir a estrutura atual, mas para dar vazão ao fluxo cada vez maior de carros em direção à Barra da Tijuca. “Eduardo Paes vai fazer outro viaduto e colocar ambos em funcionamento. Não existe a necessidade de se parar o viaduto atual. Ninguém tem o direito de ir à imprensa dizer isso antes de falar com a prefeitura e com os técnicos. Isso é mais que alarmismo, é terrorismo”, finaliza Bruno.

Os trabalhos apresentados por Nelson Araújo Lima (2010) e os estudos da Coppe/UFRJ (2012), assim como o de Thomaz de Aquino podem ser acessados na página Temas em pauta/ Viaduto do Joá ou nas páginas das Divisões Técnicas de Estruturas (DES) ou de Engenharia de Segurança (DSE), no Portal da Engenharia (www.clubedeengenharia.org.br)



Foto: Rodrigo Soldan

COMUNICAÇÃO

Clube é o candidato da sociedade civil no Conselho Consultivo da Anatel

Em novembro de 2012, o Ministério das Comunicações lançou edital de convocação para eleição de representantes da sociedade no Conselho Consultivo (CC) da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Como representante histórico dos interesses da sociedade civil no setor de comunicações e com o apoio de diversas entidades, o Clube de Engenharia se candidatou à vaga e indicou o nome de um de seus Diretores Técnicos, o engenheiro de telecomunicações, Márcio Patusco.

O Conselho Consultivo da Anatel é um importante órgão de participação institucional da sociedade nas atividades e nas decisões da agência reguladora. Nele elaboram-se pareceres, antes do encaminhamento ao Ministério das Comunicações, sobre importantes planos e projetos que permeiam as políticas para a área de telecomunicações no país. Doze membros compõem o CC, nomeados pela Presidência da República após indicação de dois representantes de cada segmento do poder público e da sociedade. Os membros do CC devem possuir qualificação necessária para os debates da Anatel e o mandato dura três anos, sem possibilidade de renomeação. Os nomes são indicados ao MiniCom pela sociedade civil e escolhidos pela Presidência da República.

Sociedade civil em alerta

Uma polêmica tem permeado o processo de indicação do novo membro do CC. A vaga em aberto é para representação da sociedade civil. No entanto, um representante das empresas prestadoras de serviços de Internet entrou na disputa. Imediatamente as entidades apoiadoras do Clube de Engenharia denunciaram publicamente o caso. “Essa empresa deve se candidatar ao mandato destinado ao segmento a que pertence. Com o apoio de fóruns com atuação verdadeiramente comprometida com os interesses da sociedade civil, o Clube destaca que é sobre a sociedade que incidem as consequências das decisões que norteiam os serviços de telecomunicações”, frisou Márcio Patusco.

Em outros momentos, o Ministério Público teve que intervir para garantir a vaga aos representantes do segmento da sociedade civil. Dessa forma, fica claro que o objetivo é preservar a representatividade dos segmentos para que não se estabeleça uma visão única sobre os serviços de telecomunicações e os projetos na área. Para Patusco, o apoio da sociedade é ainda mais importante, para que a vaga seja realmente ocupada por representantes



Foto: Anatel / Sindicato Meta

dos interesses da sociedade civil. Ele também ressaltou a atuação histórica do Clube de Engenharia na área e em lutas comuns aos movimentos sociais.

Apoios

O Clube conta com apoio de entidades parceiras, sindicatos, organizações e pessoas espalhadas por todo o Brasil. As campanhas feitas por esses apoiadores destacam o real e antigo compromisso do Clube com lutas pelo Marco Regulatório das Comunicações, pelo Plano Nacional de Banda Larga, pela realização de novas Conferências de Comunicação e pela defesa irrestrita dos direitos dos usuários de serviços de telefonia, banda larga e TV por assinatura, entre outros serviços de telecomunicações.

Uma das primeiras entidades a declarar seu apoio à candidatura do Clube de Engenharia foi o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). Em seguida, mais entidades de peso manifestaram apoio irrestrito ao Clube como representante da sociedade civil no Conselho Consultivo da Anatel. A Associação das Rádios Públicas do Brasil (ARPUB) também recomenda que todas as demais entidades do movimento pela Democratização da Comunicação entrem nessa campanha pela nomeação de Márcio Patusco.

O Clube de Engenharia ainda não obteve resposta sobre a indicação da Presidenta Dilma. Veja a seguir a lista de entidades que apoiam a presença do Clube de Engenharia no Conselho Consultivo da Anatel:

Centro de Estudos Barão de Itararé, Regional de Economia do Estado do Rio de Janeiro (Corecom),

Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Associação das Rádios Públicas do Brasil (Arpub), Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, Instituto Telecom, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações do Estado do Rio de Janeiro (Sinttel-Rio), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro (Crea-RJ), Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ), Conselho Federal de Psicologia (CFP), Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) e Sociedade Digital (SOCID).

Seguindo suas tradições por uma regulamentação de comunicações que traga desenvolvimento para o país e oportunidades democráticas de manifestação da sociedade, o Clube de Engenharia, mais uma vez se junta a outras entidades da sociedade civil que integram o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) para elaborar um Projeto de Lei de Iniciativa Popular. O projeto será, depois de pronto, levado diretamente ao Congresso, já que o governo reluta em tomar a iniciativa de instituir o Marco Regulatório das Comunicações. Durante o ano de 2013, serão coletadas as assinaturas necessárias para que o projeto seja levado em consideração pelo Legislativo em diversos eventos e pelas ruas em todos os estados do Brasil. O objetivo é mobilizar a população para a real necessidade de dar voz às suas reivindicações e lutar pela democratização da comunicação. A tradição do Clube nas iniciativas de regulamentar leis no setor de comunicações remonta à elaboração do Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) de 1962, onde teve participação destacada. Este código está em vigência até hoje.



PRÉ-SAL

Patrimônio Nacional

Barrada pela sociedade civil com amplo envolvimento do Clube para Exploração e Produção de Petróleo volta à pauta com

Depois de meia década sem leilões, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) divulgou no dia 12 de março o edital e modelo de contrato da 11ª rodada de licitações para exploração de petróleo e gás. Com 289 blocos em 23 setores de 11 bacias sedimentares, a nova oferta da 11ª rodada cobre uma área de 155.800 quilômetros quadrados, com 81 blocos em águas profundas, 85 em águas rasas e 123 em terra.

Contrário aos leilões e defensor do monopólio da Petrobras sobre a exploração e produção do petróleo nacional, o Clube de Engenharia e seus parceiros históricos imediatamente entraram na luta, ainda em 2011, contra a realização da 11ª rodada. Após grande pressão, o governo suspendeu o leilão por tempo indeterminado.

Segundo nota da ANP, o objetivo do pregão é diversificar geograficamente a produção de petróleo e gás, promover o conhecimento das bacias sedimentares, desenvolver a indústria nacional enfocando empresas de pequeno a médio porte e fixando companhias estrangeiras no país para dar continuidade às seguintes demandas: bens e serviços locais, geração de empregos e distribuição de renda. Também segundo a agência, a oferta de áreas em

vários estados tem como objetivo a descentralização da produção de petróleo e gás no país, contribuindo para a redução das desigualdades regionais e incentivando o crescimento da indústria petrolífera em regiões que o segmento inexistente.

Danos irreparáveis

Em reunião do Conselho Diretor no dia 18 de fevereiro, os conselheiros Paulo Metri, Fernando Uchoa e Fernando Siqueira apresentaram, em regime de urgência, uma proposta de ação em relação à 11ª rodada. Segundo Metri, o leilão será de áreas fora do pré-sal e, por isso, não será regido pelo novo marco regulatório, a Lei 12351/10 (que estipulou o Fundo Social e colocou a Petrobras como única compradora do Pré-Sal), mas pela Lei 9478/97. “Trata-se de uma lei extremamente prejudicial para a sociedade brasileira, porque ela dá o petróleo para quem o extrai. No momento em que ele sai do subsolo, o petróleo já pertence à empresa, que pode mandar pra onde quiser, podendo, inclusive, em caso de crise interna de desabastecimento, exportar o petróleo sem nenhum compromisso com o país”, destacou Metri.

Segundo Metri, na época em que a lei 9478/97 foi redigida, o legislativo vivia um tempo de grande ingerência das empresas, que declararam que só viriam para o Brasil se pudessem exportar, o que acabou sendo concedido na lei: “Se pudessem exportar mas deixassem um quinhão para a sociedade brasileira, pode ser que valesse a pena. Mas só se paga o royalty”. O conselheiro destacou, ainda, que a lei não traz obrigação de conteúdo local ou desenvolvimento de tecnologias nacionais. “Há lugares no mundo em que se paga 84% da receita líquida do petróleo em impostos. Os vencedores da 11ª rodada irão pagar 5%”, alertou Metri, que ressalta que com a garantia de 40 anos de abastecimento do país pela Petrobras, os leilões são frutos de uma pressa totalmente desnecessária.

A proposta apresentada, que também inclui a promoção de um seminário no Clube de Engenharia e a criação de uma comissão para cuidar do assunto, foi aprovada por unanimidade. Fazem parte da comissão Raymundo de Oliveira, Fernando Siqueira, Cesar Duarte, José Teixeira Churro, Ricardo Latgé, Irineu Soares, Fernando Tourinho e Paulo Metri. Leia ao lado a carta enviada no dia 12 de março para a presidenta Dilma.





ional Em Risco

Clube de Engenharia em 2011, a 11ª rodada de Leilões de Áreas visíveis ameaças a um patrimônio estratégico para o país

CARTA ABERTA À DILMA ROUSSEFF

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

O Clube de Engenharia remeteu a Vossa Excelência, em 17 de maio de 2011, uma carta, com nosso número “CT 326/11”, contendo análises técnicas, econômicas e políticas que condenavam a 11ª Rodada de Leilões de Áreas para Exploração e Produção de Petróleo.

Não obtivemos nenhuma resposta de parte do governo de Vossa Excelência condizente com a nossa preocupação, a não ser uma resposta protocolar, relatando o encaminhamento da nossa carta para a autoridade competente, que nunca se manifestou.

Em vista do silêncio técnico e político do governo de Vossa Excelência quanto à questão da entrega de patrimônio nacional sem usufruto compensatório de peso para nossa sociedade, que as Rodadas de Leilões fora da área do Pré-Sal representam, o Clube de Engenharia fica sem alternativa na busca por um diálogo democrático em que tenta interferir politicamente. Temos buscado apoio nos movimentos e redes sociais.

Neste momento, a capacidade de interferência das empresas petrolíferas estrangeiras nas decisões desta 11ª Rodada é visível. Elas serão as grandes beneficiadas da entrega maciça de blocos, sob a égide da Lei 9.478/97, aprovada no auge de um período desnacionalizante e, portanto, prejudicial aos brasileiros. Ela dá 100% do petróleo a quem produz e uma suave obrigação de pagar 10% de royalties, em moeda nacional. No mundo, os países produtores ficam com 80% do petróleo produzido.

Existe a possibilidade de Vossa Excelência, por excesso de trabalho, não ter oportunidade de ler a presente carta, delegando-a para o “órgão competente” dentro da vossa administração. Todavia, o Clube de Engenharia tem um compromisso a cumprir para com a sociedade brasileira e solicita atenção especial, que esta matéria requer, por se tratar de assunto de alta relevância estratégica para o País.

Assim sendo, o Clube de Engenharia se dispõe a alertar que todo e qualquer leilão de bloco, desta rodada, em que a Petrobras não participe, poderá significar que serão formados acordos de não concorrência entre as empresas participantes, em detrimento da sociedade. A Petrobras está em péssima hora para participar de leilões, devido, não só, a enormidade de investimentos que possui, como também pelo estrangulamento financeiro que lhe está sendo imposto para conter a inflação.

Por outro lado, não há mais necessidade de leilão, pois o Brasil estará abastecido pelos próximos 60 anos graças à mesma Petrobras. Se, porventura, o interesse é arrecadar os bônus da Rodada, o Clube de Engenharia alerta que eles e os royalties futuros são infimamente menores que os lucros que o petróleo irá proporcionar. Além disso, será em troca da aceitação de um passivo de entrega de riqueza a ser honrado por gerações futuras. Não há sustentabilidade política para a 11ª Rodada.

Por tudo isso, a 11ª e as demais Rodadas devem ser canceladas, pois a Petrobras já descobriu mais de 50 bilhões de barris de óleo no pré-sal, que somadas aos 14 bilhões pré-existentes, chega-se na auto-suficiência superior a 60 anos. Como ex-presidente do Conselho de Administração da Companhia, V. Excia. bem sabe que as descobertas de Tupi, Carioca, Franco, Libra, Iara, Sapinhoá e a área das baleias, no Espírito Santo, tem reservas prováveis nesse montante. Apenas ainda não foram certificadas como reservas provadas porque há um procedimento internacional que é bem detalhado, minucioso e demorado. Mas são descobertas reais.

Além do mais, enquanto vigorar a lei 9.478/97, altamente perniciosa para o País, como mostrado acima, não tem o menor sentido se pensar em leilões, pois eles representam entregar ao cartel internacional o “nosso passaporte para o futuro”. O Brasil não tem que priorizar investimentos em novas descobertas, mas sim na produção dos campos já descobertos e na construção de novas refinarias, pois exportar petróleo bruto dá à Nação um prejuízo de mais de 30%, só com a isenção de impostos da Lei Kandir. Além da perda de empregos e desenvolvimento tecnológico.



SOCIAL

Confraternização

No tradicional almoço do mês, música, encontros e alegria



Embalados pelos clássicos do chorinho, os aniversariantes do mês de fevereiro e seus convidados viveram, dia 28, uma tarde marcada pela alegria, descontração e fraternidade no salão do 24º andar.



José Leonel Cortez Diniz Rocha Lima, subchefe da divisão técnica de Recursos Naturais Renováveis (primeiro plano, de camisa quadriculada) dividia com conselheiros e amigos a alegria de uma nova conquista: o projeto do VII Congresso Estadual de Agronomia foi finalizado e está na fase de captação de parcerias: “Recebi algumas boas notícias hoje. Estamos avançando”, comemorou.



A mesa reservada pelo professor Jorge Luiz Bitencourt da Rocha, chefe da divisão técnica de Formação do Engenheiro (de pé), reuniu coordenadores da Universidade Estácio de Sá (Unesa) e o Diretor Nacional de Engenharia da Unesa, Harvey Cosenza (segundo da esquerda para a direita). Entre eles estava o aniversariante Luciano Marteleite (o terceiro da esquerda para a direita), acompanhado da esposa Jaqueline Correia Macedo Marteleite e do filho que, nos primeiros meses de vida foi presença ímpar na confraternização do Clube de Engenharia.



Entre os aniversariantes, o mais jovem conselheiro do Clube, Mário Augusto Pitangueira Borges (camisa preta ao fundo), filho do diretor Abílio Borges (segundo da direita para a esquerda). Na animada mesa de Abílio, que é presidente do Conselho Deliberativo do Vasco da Gama, a bandeira do time sobre a mesa.



O presidente e anfitrião Francis Bogossian, de branco, recebeu parceiros e amigos, entre eles (da direita para a esquerda), o conselheiro Arnaldo Cardoso Pires, o vice-presidente Alexandre Henrique Leal, o presidente do Crea-RJ Agostinho Guerreiro e Armando Tomzhinski.



Coroando a tarde, Clara Mac Cord Simões de Faria, ex-diretora do Clube, foi recebida sob aplausos carinhosos. Reconhecida como uma das maiores pesquisadoras do país na área ferroviária, Clara comemorou seus 89 anos no almoço, ao lado do filho Getulio Mac Cord.



A tradicional mesa de funcionários do CREA-RJ.



Estiveram presentes os aniversariantes Ariston Cardoso Filho, Margarida Lima, Julio Cesar Santos da Silva, José Griner, Genilda Rose Darski, Sergio da Costa Velho, Roberto Taveiro Harski, Edson Avellar, Luciano Jose da Silva Marteleite, Guaraci Corrêa Porto, Eliezer Reis, Vinicius de Holanda Miranda, Francisco de Almeida Neto, Armando Tomzhinski, Eduardo P Hingst, Henrique Amigo, Melchior Tavares de Alcantra, Mario Augusto Pitangueira Borges, Erisma Galvão de Lima.

COLUNA GENTE

Seu Bezerra: história de vida

Paraibano, trabalhador da construção civil, desembarca em 1950 no Rio de Janeiro, no edifício sede do Clube de Engenharia, constrói o prédio e permanece ainda hoje na casa na área de manutenção.

As histórias de Francisco Alves Bezerra e do Clube de Engenharia se cruzaram há 63 anos. O ano era 1950. Terceiro filho de uma família humilde do município de Campina Grande, na Paraíba, Bezerra, então com 24 anos, pouco conhecia do Rio de Janeiro, quando na Avenida Rio Branco as obras de construção do Edifício Edson Passos, sede do Clube de Engenharia, seguiam aceleradas. Uma breve conversa com o encarregado resultou na sua contratação como o mais novo empregado da Construtora Graça Couto, ao lado de outros 39 pedreiros. A idade era pouca, mas a experiência era grande. Desde muito jovem ele e os irmãos ajudavam o pai em empreitadas. “Acompanhávamos o serviço do começo ao fim da obra. Éramos pedreiros, carpinteiros, serventes, eletricitas, bombeiros, estucadores, ladrilheiros, pintores e o que mais fosse necessário”, conta o nosso primeiro personagem da coluna Gente, que esta edição inaugura.

Quando os 25 andares estavam prontos, Bezerra foi contratado para trabalhar no restaurante que passou a funcionar no subsolo do edifício que tinha ajudado a construir. A ligação definitiva com o Clube de Engenharia veio no dia 10 de fevereiro de 1958. Em sua trajetória Bezerra passou pelos cargos

de servente, auxiliar técnico e Contra-Mestre, cargo que ocupa até hoje. Das muitas horas trabalhadas fez o “pé de meia” para a casa própria, onde hoje mora.

Muitas diretorias fizeram história e os laços com o Clube, que acompanhou boa parte de sua vida, continuam firmes e fortes. Tão firme e tão forte quanto a capacidade de trabalho e a determinação de “Seu” Bezerra em sempre fazer a coisa certa. Reservado, “Seu” Bezerra faz questão de estender a homenagem aos companheiros de trabalho.



Foto: Fernando Alvim

“Agradeço muito a eles que em todos esses anos me auxiliaram e colaboraram para que eu pudesse cumprir modestamente meus deveres e obrigações em todas as funções que ocupei e ainda ocupo”, conclui gentilmente a conversa, ansioso para voltar ao trabalho.

Cotidiano em poesia



Momentos de Poesia, do engenheiro Mathusalecio Padilha, traz textos que traduzem a vida, revelam sentimentos e explicitam um olhar apurado a pequenos detalhes do cotidiano. Em cada página encontramos a pluralidade, a diversidade de um poeta que reconstrói seus dias, sonhos e lembranças por meio da poesia. Como num retrato, suas poesias reproduzem um olhar sincero e apaixonado pela vida nessa sua terceira obra.

Padilha é mais um associado do Clube de Engenharia que encontrou na poesia uma forma legítima de se expressar. Carioca, nascido na Ilha do Governador, descobriu a vocação pelas letras no tempo do internato do Colégio Pedro II e Colégio Militar, onde teve como professores notáveis mestres da língua portuguesa. Professor universitário em cursos de engenharia, busca incentivar nos alunos o gosto pelas boas leituras, enriquecendo a cultura dos futuros engenheiros.

Descontos oferecidos pelo Clube de Engenharia

FACHA (cursos de pós-graduação) • Universidade Estácio de Sá • Universidade Veiga de Almeida
• Universidade Federal Fluminense (pós-graduação)
• Centro de Estudos Alexandre Vasconcelos (CEAV)
• Colégio Mary Poppins • Colégio e Curso Intellectus • Curso Múltiplos Concursos • Faculdade Candido Mendes (UCAM)
• Pousada Vale Verde de Teresópolis Ltda • Elza Lentes de Contato • Ótica Cristã Nissi • Ótica Maison de Vue • Ótica Anjos dos Olhos • Fonoclinica Produtos Médicos Ltda

• Clínica Odontológica New Quality
• Kerala Clínica de Terapias Alternativas e Reabilitação Física
• Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR)
• Universo Physio Pilates • Estética de A a Z
• Dartigny Moda Masculina • DC Grill Churrascaria
• Restaurante Zanzariba • Crafipark S/C Ltda • Associação dos Engenheiros da Estrada de Ferro Leopoldina
• Manoel Crispun Materiais de Construção

www.clubedeengenharia.org.br/descontos.htm

ART
Importante
para você,
importante
para o
Clube de
Engenharia



DTEs em AÇÃO

Representação em entidades parceiras

Membros das Divisões Técnicas Especializadas (DTEs) do Clube de Engenharia vão compor a lista de associados que representarão a entidade junto à Federação Brasileira de Associações de Engenheiros (Febrae) e à Pan American Federation of Engineering Societies (Upadi). Segundo informou, no dia 20 de fevereiro, Marcio Patusco, que integra a diretoria técnica, no Conselho Coordenador das DTEs, os profissionais que estiverem interessados em participar das discussões devem enviar manifestação à Febrae, via e-mail, acompanhada do currículo.

As indicações recebidas serão analisadas por uma comissão da entidade e aprovadas pelo Clube em

reunião do Conselho Diretor. Os temas dos Comitês Técnicos das Febrae são: História da Engenharia, Ensino de Engenharia, Recursos Minerais, Política e Engenharia Econômica, Transportes, Engenharia Ambiental, Telecomunicações e Informática, Energia, Criação e Transferência de Tecnologia, Política Habitacional, Política Agrícola e Jovens Engenheiros. Na Upadi, os comitês são: Energia, Transporte Integral, Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, Patrimônio Histórico, Bacias Hidrográficas, Tecnologia e Informação, Ensino de Engenharia, Engenharia Oceânica e Costeira, Estrutura Sismo Resistentes, Manutenção, Segurança no Trabalho e Biotecnologia.

LIXO eletrônico: SEM destino



Embora pareça sinal unicamente do crescimento da economia brasileira, a grande produção e o consumo de milhões de computadores, celulares e outros aparelhos e componentes eletrônicos é, também, uma bomba relógio ambiental prestes a estourar. Com elementos altamente tóxicos em suas composições – como o Arsênio e Chumbo em TVs, computadores e celulares, o Mercúrio nas lâmpadas fluorescentes e o Cádmio em baterias, entre muitos outros elementos –, esses aparelhos se transformam em sucata muito rápido em um mercado programado para a venda de bens com data curta de validade e funcionamento. Para discutir o destino da chamada “sucata eletrônica”, hoje descartada sem os devidos cuidados ambientais, a divisão técnica de Engenharia Química (DTEQ) promoverá uma mesa redonda no final do mês de abril, com a participação de representantes do setor e do Poder Público.

História e geologia

A série Memória da Geologia do Brasil teve mais um capítulo no dia 7 de março. O homenageado dessa edição foi o engenheiro Guilherme (Wilhelm) Schüch, conhecido como Barão de Capanema. O chefe da Divisão Técnica de Recursos Minerais (DRM) Benedicto Rodrigues lembrou a história do barão, que nasceu em Minas Gerais, tinha nome alemão e estudou no Imperial Instituto Politécnico de Viena, na Áustria. Além de circular por importantes instituições científicas e técnicas, Capanema atuou de forma expressiva na implementação, ainda embrionária, de uma cultura científica no Brasil no século XIX.

O palestrante da noite foi o presidente da Associação dos Profissionais Geólogos do Rio de Janeiro (APG-RJ), José de Ribamar Bezerra. O geólogo falou sobre as expedições científicas às quais Capanema se vinculou. Segundo Ribamar, Capanema catalogou os trabalhos de diversas expedições científicas e apontou que muitas eram coordenadas por estrangeiros que vinham ao Brasil pesquisar. Além de diversas outras atividades, Capanema também atuou no setor de mineração. Foi dono de minas e concessões de exploração e organizou a primeira expedição científica brasileira instalada no

Ceará, em busca de metais preciosos, entre 1856 e 1861. Não se sabe até hoje os motivos que levaram à escolha deste estado. Como profissional versátil, Capanema foi também chefe do ‘Serviço dos Telégrafos Elétricos do Brasil’ e responsável pela expansão das linhas no país.

Em 1849 Capanema ingressou no ‘Museu Nacional’ na Seção de Mineralogia, responsável, principalmente pelas análises químicas de substâncias minerais, além da classificação de fósseis. “Capanema fez trabalhos sobre as secas e penedos no nordeste brasileiro, fez parte da equipe que estabeleceu as fronteiras do Brasil com outros países da América Latina”, destacou Benedicto. O cientista participou da Comissão Científica do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, criada em 1856, onde foi diretor da Seção Geológica e Mineralógica. Foi, inclusive, um dos primeiros brasileiros a apresentar pesquisas geológicas de peso, publicando trabalhos

e críticas na área em jornais da época. Capanema denunciava também a destruição de sambaquis, valiosa fonte de calcário para edificação de fortificações e residências, multiplicando assim suas caieiras na fabricação de cal para argamassa de construção.



Palestrante José de Ribamar Bezerra, presidente da Associação dos Profissionais Geólogos do Rio de Janeiro e o chefe da Divisão Técnica de Recursos Minerais, Benedicto Rodrigues

Memória e meio ambiente



Coronel e Engenheiro Militar Roldão Lima Júnior: "identificar para preservar".

No dia 30 de janeiro de 2013, a divisão técnica de Engenharia do Ambiente (DEA) recebeu o Coronel e Engenheiro Militar Roldão Lima Júnior para a segunda fase de um evento que se iniciou com uma visita técnica do Clube de Engenharia ao Forte Duque de Caxias, em Copacabana no dia 25

de janeiro. A convite de Ibá dos Santos, chefe da DEA, o Coronel Roldão veio ao Clube de Engenharia apresentar a importância histórica e ambiental do forte, justificativas mais que suficientes para afastar a ideia da construção de um teleférico naquela área, como se tem aventado.

Com uma proposta de identificar para preservar, Roldão falou da relevância das fortalezas para a história do país e apresentou uma proposta que envolve a recuperação de pontos históricos, criação de novas áreas de proteção ambiental e a costura de novas parcerias para garantir que o interesse financeiro não se sobreponha aos interesses nacionais em preservar a sua história.

Construção Civil em foco

"Os problemas de hoje não estão relacionados mais à carência de recursos, pois eles existem. Nossa dificuldade está em elaborar e coordenar bons projetos. A estrutura do país é deficiente na área, e isso tem a ver com as atividades de engenharia" (José Carlos Medalha Filho, Superintendente Nacional de Assistência Técnica e Desenvolvimento Sustentável da Caixa Econômica Federal).

A construção civil, setor da economia formado por uma enorme quantidade de atividades, chegando a ser conhecida como "macro-complexo da construção", foi o tema da palestra "Construção civil – Um novo ciclo de desenvolvimento para o Brasil", do engenheiro civil José Carlos Medalha Filho, Superintendente Nacional de Assistência Técnica e Desenvolvimento Sustentável da Caixa Econômica Federal. Organizada pela Divisão Técnica de Construção (DCO) e realizada dia 21 de fevereiro, a palestra abordou os diversos ciclos econômicos ao longo da história do país – açúcar, borracha e café – em comparação com o contexto atual. A falta de mão de obra qualificada foi destacada por José Carlos como um obstáculo ao crescimento de alguns setores. "A melhoria do produto final para o aumento da competitividade, investimentos sérios em mão de obra especializada, são fatores que melhoram muito o nível de segurança do processo produtivo, fazendo com que o empresariado invista no Brasil", explicou. Segundo ele, a Caixa tem contratado jovens egressos da academia, bem como profissionais experientes que trazem valiosa bagagem de outras empresas. "É dessa feliz combinação de pessoas formadas na empresa e no mercado que se faz a virtude da Caixa hoje. Formamos profissionais em parceria com a COPPE e, entre muitas outras ações, financiamos, por exemplo, parques eólicos", relatou.

Buscando caminhos para evitar tragédias

Divisões Técnicas do Clube reúnem Corpo de Bombeiros, ABNT, Crea-RJ, PROCON e Sindicato das Casas de Diversões do Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de buscar vias comuns de ação para que tragédias como a de Santa Maria jamais ocorram no Rio de Janeiro.

Como evitar que incêndios como o que ocorreu em Santa Maria voltem a acontecer? Como o estado do Rio de Janeiro reagiu após o acidente? O que precisamos fazer para finalmente nos sentirmos seguros? Essas eram algumas das difíceis perguntas da mesa redonda "Como Evitar Tragédias – Analogias entre os fatos ocorridos em Santa Maria e a realidade do Rio de Janeiro", realizada pelas divisões técnicas de Planejamento Regional e Urbanismo (DUR) e Recursos Naturais Renováveis (DRNR).

Com ampla participação de público e convidados, o evento teve como fio mestre a dúvida de como criar e aplicar normas de segurança eficientes. Não houve consenso. Entre os mitos derrubados está o de que não há normas que protejam a população. Segundo Luiz Antonio Cosenza, vice-presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro (Crea-RJ), o "cumpra-se" às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) já seria um grande avanço. "Bastava uma frase da presidenta Dilma: que toda a legislação municipal tem que obedecer a ABNT. As normas da ABNT sobre escape em casas de diversão são completas, com distancia entre saídas de emergência, número de extintores etc", defendeu Cosenza.

A ABNT, representada no evento pelo Gerente de Normatização, Claudio Guerreiro, tem mais de 180 comitês técnicos que passam pela construção, eletricidade, segurança, entre outros segmentos, buscando sempre responder às demandas sociais por normas. Segundo Claudio, a associação possui um comitê que trata especificamente da segurança contra incêndios, com mais de 70 normas que são desenvolvidas pelos especialistas de órgãos competentes. "A norma 9077, por exemplo, do comitê de Construção Civil, o BT 02, trata das saídas de emergência e incêndios, com

número de saídas exigidas e tamanhos das portas. Se a norma precisa ser atualizada, se esse documento pode ser melhorado, a sociedade deve nos dizer isso, e a missão da ABNT é atender a essa necessidade", explicou.



Na mesa de abertura, Sidney Dias Menezes, Angela Barbeiro, Luiz Cosenza, Milton Lima, Claudio Guerreiro e José Amaro Barcelos Lima.

O poder de fiscalização

Rodrigo Roca, presidente do Procon do estado do Rio de Janeiro deu ênfase ao papel fiscalizador da autarquia. "Nosso âmbito de atuação é muito amplo e o foco é sempre educar, não punir. Mas ultimamente, se não tem respeito, vai ter medo. Se o Procon de Santa Catarina ou o Corpo de Bombeiros tivessem passado um dia antes e dito 'você não podem funcionar assim', a tragédia não teria acontecido", destacou o presidente do Procon. Outro fator destacado foi a corrupção. "Já inspecionamos casas que não têm a menor condição de abrir as portas, mas têm todos os documentos.

Agora estamos fazendo tudo certo, mas deveríamos ter feito antes", denunciou.

O coronel Fontenelle, diretor geral de Serviços Técnicos do Corpo de Bombeiros destacou a importância da fiscalização e de renovar a legislação e a criação de um documento único. "Há, por exemplo, a NR23, uma norma regulamentadora do Ministério do Trabalho que fala sobre incêndio. Ela compete com as legislações estaduais e isso é ineficiente, uma vez que há divergências", alerta.

Estudo caso a caso

A presença da presidente do Sindicato das Casas de Diversões do Estado do Rio de Janeiro, Angela Barbério, fez um contraponto às falas dos técnicos e especialistas e, mais que isso, trouxe para o debate um ponto de vista pouco analisado. "Será que todo proprietário de casas noturnas quer viver na ilegalidade? questionou.

Angela lembrou, ainda, que a fiscalização existe. Segundo ela, para o dono da casa conseguir um alvará, tem que ter um projeto anterior que é levado ao Corpo de Bombeiros. Depois visitam a sua casa e apontam normas de segurança que devem ser cumpridas. A vistoria dos Bombeiros dá o alvará, ou o certificado de aprovação e anualmente o certificado de registro. "Existem alvarás que demoram até 10 anos para sair. Não posso acreditar que uma pessoa se propõe a montar seu negócio na ilegalidade. A leitura tem que ser mais subjetiva", alertou.

A avaliação de cada caso separadamente também foi levantada por Cosenza. "No Rio, creio que se seguirmos a ABNT, 90% das casas não vão atender às exigências. Com prédios colados uns nos outros, como atender a ABNT? Não seria o caso de visitar casa por casa e buscar soluções para cada uma delas", propôs.



TRANSPORTE

Plano para a reconstrução logística do estado do Rio

A logística de transportes no estado do Rio de Janeiro enfrenta hoje um desafio nunca antes vivido em sua história. A carga de investimentos em vários setores – capitaneado pela indústria de óleo e gás – soma, segundo os últimos números da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), R\$ 181,4 bilhões no período de 2011 a 2013. Trata-se de uma das maiores concentrações de investimentos do mundo, dado o volume de investimentos em relação à pequena dimensão territorial do estado. Esse dinamismo econômico exige logística e infraestrutura que respondam à altura, sob pena de ser criado o maior gargalo já vivido pelo estado.

“É preciso pensar a logística de forma coerente. Temos vários ativos logísticos – rodovias, ferrovias, aeroportos, heliportos e portos – que às vezes concorrem entre si quando na verdade devem se complementar. É preciso entender a plataforma logística do estado como um todo e reconhecer sua intermodalidade”. Esse foi o alerta de Eduardo Duprat Ferreira Mello, superintendente de Logística de Cargas da Secretaria de Estado de Transportes durante a mesa redonda “Plano Logístico do estado do Rio de Janeiro e a Rodovia Translitorânea”, no último dia 27 de fevereiro.

Os portos brasileiros têm como prazo de operação uma média de 40 dias. Isso porque, segundo ele, a dinâmica é crescente, independentemente da expansão da estrutura: “Sem grande investimento na infraestrutura houve um aumento de 67% na movimentação total de carga no Rio nos últimos 10 anos”, destaca. O porto do Rio foi citado como um bom exemplo. O projeto Porto Maravilha, que trata da revitalização urbana da área será complementado pelo projeto Porto do Rio - Século XXI, que irá revitali-



Duprat alerta para a necessidade de se conhecer a plataforma logística do Rio como um todo, reconhecendo a intermodalidade.

zar toda a parte operacional do porto, com dragagem e acessos ferroviários e rodoviários.

Novos caminhos

Mapear a infraestrutura do estado e trabalhar para que ela seja cada vez mais complementar, plural em seus modais e, de fato, eficiente não é trabalho simples. O Plano estratégico de Logística e Cargas foi pensado em 2008, mas só saiu do papel em 2011, com um primeiro mapeamento que custou R\$ 500 mil ao tesouro do estado. A segunda etapa – que trará, entre outras coisas, uma análise de competitividade e gargalos, plano de investimentos e diagnóstico de impactos regionais – está em fase de licitação e está orçado em R\$ 5 milhões que virão do Banco Mundial. “O resultado do plano será uma matriz de priorização de investimentos para sabermos o que fazer e onde fazer”, explicou Duprat.

No setor ferroviário, a proposta é ligar Ambaí e Comperj ao porto do Açu, Vitória, Peru e Acre por meio de ferrovias, integrando com o plano ferroviário nacional por meio de parceria com a Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT). Para as rodovias, a ideia é discutir com as concessionárias reformulações e atualizações em seus planos. “Como se trata de áreas concessionadas, pouco se pode fazer em termos de uma ação direta do estado, mas muito se pode fazer em ações institucionais”, apontou Duprat. Até 2024, esse diálogo institucional e os estudos norteadores irão, se tudo correr bem, melhorar a

Parece óbvio, mas na prática não é. Rodovias, ferrovias, aeroportos, heliportos e portos devem ser complementares. Reconhecer a intermodalidade e entender a plataforma logística do estado como um todo é o primeiro passo.

eficiência do sistema logístico de cargas, as condições para as operações de empresas, diminuir gargalos no trânsito, promover a redução da emissão de carbono, criar um banco de informações e dados para dar suporte ao planejamento e capacitar o estado para receber financiamentos para os projetos prioritários identificados no Plano.

Translitorânea

Um dos projetos em andamento que virá somar com a reestruturação da logística do estado é a Rodovia Translitorânea. Buscando unir seis projetos estruturantes no Norte Fluminense – Porto de Presidente Kennedy, Porto do Açu, Aeroporto New São Tomé, Complexo Logístico da Barra do Furado, Heliporto de Macaé e Zona Industrial de Macaé e Rio das Ostras – a rodovia irá integrar a BR-101 (que liga Recife, Pernambuco a Osório, no Rio Grande do Sul), a BR-356 (que vai de Minas Gerais a São João da Barra), a RJ-196 (que sai de Conceição de Macabú, passa pelo porto do Açu, até Barra de Itabapoá) e a RJ-178 (Macaé a Quissamã).

Dentro do conceito de corredor logístico, a Translitorânea será construída por meio de uma parceria público-privada e terá dois pedágios que não serão cobrados para carros de passeio. “Só de caminhões, o Porto do Açu irá movimentar 110 mil por dia, segundo os estudos realizados para identificar as demandas para o porto. O volume de veículos de carga é expressivo. O avanço é muito grande”, declarou Renato Alves Teixeira, assistente da Secretaria de Estado de Obras. Segundo informou, o projeto está em fase de estudo de demandas e elaboração do projeto executivo.



Clube de Engenharia

Fundado em 24 de dezembro de 1880

Edifício Edison Passos - Av. Rio Branco, 124
CEP 20148-900 - Rio de Janeiro
Tel.: (21) 2178-9200 Fax: (21) 2178-9237

atendimento@clubedeengenharia.org.br

www.clubedeengenharia.org.br

Impresso Especial

99122527447

ACT/DR/RJ

CLUBE DE ENGENHARIA

...CORREIOS...

